



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2020**  
(do Sr. André Figueiredo)

Institui o Programa  
Emergencial de Proteção ao  
Emprego - PEPE.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Emergencial de Proteção ao Emprego - PEPE, com o objetivo de possibilitar a preservação dos empregos durante a calamidade pública relacionada ao Covid-19 e favorecer a recuperação econômico-financeira das pequenas empresas.

**Art. 2º** Estão enquadradas no PEPE as empresas que possuam até 20 empregados na data de publicação desta lei e atendam a um dos seguintes requisitos:

I – sejam consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; ou

II – sejam empresas de médio porte, assim consideradas aquelas que auferiram, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**Art. 3º** As empresas enquadradas no PEPE receberão da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, conforme regulamento definido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, até o dia 10 de cada mês, subvenção econômica correspondente ao valor de 1 (um) salário mínimo mensal por empregado, durante 4 (quatro) meses consecutivos, com a exclusiva finalidade de ser utilizada para pagamento de salários dos empregados durante o período de calamidade pública relacionada ao Covid-19.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. O saldo financeiro disponível no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES decorrente dos repasses de que trata o § 1º do art. 239 da Constituição Federal de 1988 deverão ser restituídos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para financiamento da subvenção econômica referida no caput.

**Art. 4º** A receita da subvenção econômica não será computada na apuração das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL pela empresa.

**Art. 5º** Aquele que aplicar o recurso em finalidade diversa da disposta no art. 3º incorrerá na mesma pena cominada para o crime do art. 315 do Código Penal.

Parágrafo único. A pena de que trata o caput será aplicada sem prejuízo da restituição ao FAT dos recursos utilizados de forma irregular pela empresa, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC acumulada mensalmente, acrescidos de multa administrativa correspondente a 100% (cem por cento) desse valor, a ser aplicada conforme o Título VII do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica que se aproxima, decorrente da pandemia relacionada ao Covid-19, tem trazido grande apreensão aos empresários e trabalhadores brasileiros, tendo em vista a incerteza sobre como ela afetará os negócios e empregos.

Urge no momento a elaboração de medidas de proteção dos empresários de micro, pequeno e médio porte e dos trabalhadores hipossuficientes.

A proposta ora apresentada consiste em instituir o Programa Emergencial de Proteção ao Emprego - PEPE para conceder subvenção econômica, no valor de quatro salários mínimos por





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

empregado, para as micro, pequenas e médias empresas custearem suas folhas de pagamento. Apenas as empresas que tiverem até 20 empregados poderão se valer do benefício ora proposto.

O objetivo da medida é garantir empregos pelos próximos 4 (quatro) meses, de modo que as demissões em massa não gerem efeito cascata na economia, desamparando os milhões de trabalhadores brasileiros.

Para custear os empréstimos em questão, sugerimos a utilização das disponibilidades financeiras dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT que estão no BNDES. Esse valor representa pouco mais de R\$ 41 bilhões de reais, segundo levantamento do final de fevereiro de 2020<sup>1</sup>.

Trata-se de valor expressivo que, ao invés de ser utilizado para novos financiamentos destinados a empresas de grande porte, deve ser destinado ao custeio da folha de salários de empresas menores que serão mais afetadas pela crise que se avizinha.

Considerando o valor proposto e o salário mínimo atual de R\$ 1.045,00, o montante a ser disponibilizado será suficiente para custear a manutenção de quase 10 milhões de empregos durante os próximos 4 (quatro) meses.

A utilização do recurso em finalidade diversa do pagamento de salário penaliza quem deu causa com a pena do crime de que trata o art. 315 do Código Penal (Emprego irregular de verbas ou rendas públicas), sem prejuízo da restituição ao FAT dos recursos recebidos e aplicados de forma irregular, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC acumulada mensalmente, acrescidos de multa administrativa correspondente a 100% desse valor, a ser aplicada conforme o Título VII do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Considerando a urgência que o momento requer, convocamos os nobres pares para aprovação deste projeto que auxiliará as empresas de menor porte e incentivará a preservação dos empregos na tentativa de amparar os trabalhadores brasileiros nesse momento tão delicado.

---

1 <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/fat-bndes>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Sessões, de março de 2020

Assinatura manuscrita de André Figueiredo em tinta azul, com uma caligrafia fluida e estilizada.

ANDRÉ FIGUEIREDO  
Deputado Federal – PDT/CE

